

# JOVENS NEGRAS: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES ENTRE O QUILOMBO E A CIDADE

Priscila da Cunha Bastos - Colégio Pedro II/ UFF

[prilabastos@yahoo.com.br](mailto:prilabastos@yahoo.com.br)

O estudo em questão é parte da dissertação de mestrado intitulada “Entre o quilombo e a cidade: trajetórias de individualização de jovens mulheres negras” que refletiu sobre a trajetória de jovens mulheres negras quilombolas considerando seus percursos de escolarização e trabalho. A premissa de que a heterogeneidade das condições de vida e trabalho das jovens que moram no campo configura formas de viver diferenciadas, constituindo experiências e identidades coletivas distintas, orientou as análises.

Na trajetória de vida das jovens pesquisadas as identidades negra e quilombola se articulam com o gênero e a geração e se constroem e reconstroem em diálogo e na relação com o outro. Dentro da comunidade de origem, os conflitos que vivem afirmam os pertencimentos de gênero e geração, e as situações de discriminação que enfrentam nos seus percursos de idas e vindas do quilombo para trabalhar e estudar na cidade também dão corpo a este processo de afirmação de suas identidades, pois no enfrentamento do preconceito e nos conflitos se afirmam símbolos e representações positivas e/ou negativas sobre sua história e sobre si mesmo, um processo vivenciado de maneira única por cada indivíduo.

Nesse texto, são apresentadas algumas considerações sobre a constituição das identidades de jovem, mulher, negra e quilombola entendendo-as como um sistema de relações e representações que se constitui pela forma que nos reconhecemos e pela forma com que somos reconhecidos pelos outros, num jogo de forças que modifica a todo tempo suas fronteiras. Nesse sentido, utiliza-se o termo identidades articuladas como forma de não fixar a diversidade dos indivíduos. Alguns exemplos são analisados para dar corpo a esse processo de constituição de identidades dentro e fora da comunidade de origem, particularmente os conflitos com a autoridade paterna e as trajetórias de trabalho.

## Identidades Articuladas

A complexidade do real tem gerado novos processos de identificação que constituem identidades singulares, como a de jovem mulher negra quilombola. Os diferentes pertencimentos dos sujeitos trazem a necessidade de entendermos a identidade como um jogo

relacional em que aparecem ao mesmo tempo a diversidade e as relações de poder e a produção de desigualdades. Neste sentido, pesquisar as trajetórias de jovens mulheres quilombolas permite o reconhecimento do tipo de espaço relacional que essa identidade constitui e pelo qual é constituída.

Tratam-se de identificações que na sociedade de classes são marcas não só de diferença, mas fundamentalmente de desigualdades. O modo como a sociedade representa o ser jovem, mulher e negra tem raízes nas diferenças biológicas e nos significados sociais dessas diferenças constituídas como expressão das relações hierárquicas de gênero, raça e geração. Os conceitos analíticos de gênero, raça e geração têm como objetivo a desnaturalização das desigualdades sociais e se contrapõem ao pensamento que toma as características físicas e biológicas como definidoras das qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais de um indivíduo.

Nos processos históricos que formaram a sociedade brasileira, observa-se um esforço em produzir um padrão ideal do “ser mulher negra” submissa e excluída, um processo social que prepara as jovens para uma posição de desvantagem frente às expectativas educativas e profissionais, entre outras, tendo como referencial importante o trabalho doméstico (Whitaker, 2002).

Hoje, os ideais do que é ser mulher estão se transformando especialmente pela ampliação do acesso à educação escolarizada, por pressões especialmente dos movimentos sociais feministas e do mercado de trabalho. Apesar dos avanços, “o racismo e o sexismo levam a mulher negra a projetar sua identidade em conflito com a realidade de seu corpo e sua trajetória familiar e étnica” (Gomes, 1995, p.25).

O ser mulher negra é uma condição social e cultural que tem muito peso nos processos de formação das identidades das jovens quilombolas, pois o gênero e a raça fazem grande diferença na construção das suas auto-imagens. Isto porque as representações sociais de gênero e raça reproduzem preconceitos e estereótipos negativos que são internalizados desde a primeira infância por um tipo de educação, inclusive a escolar, sustentada pelas ideologias do racismo e do patriarcalismo. Estas noções são capazes de interferir no desenvolvimento da personalidade, da auto-estima e da autonomia da mulher negra enquanto indivíduo (Nascimento, 2003). Interferem também no processo de socialização das jovens pesquisadas o aprofundamento das relações campo-cidade que cria novos espaços socioculturais de intercâmbios materiais e simbólicos.

Podemos observar uma interrelação das questões racial e de gênero, principalmente no que diz respeito à construção social destas categorias. Ambas revelam na crítica, uma ao racismo, e outra ao patriarcalismo, uma ideologia que naturaliza as desigualdades sociais de raça e sexo justificando as distinções de posições, papéis sociais, direitos e deveres na diferença biológica entre brancos e negros, machos e fêmeas. Dessa forma, Nascimento (2003) considera que

O racismo se constitui e opera essencialmente da mesma forma que o sexismo, tanto no campo da discriminação, resultando em desigualdades sociais estatisticamente mensuráveis, quanto no âmbito mais amplo, efetuando de diversas maneiras, ora diretas, ora sutis, determinações e condicionamentos às possibilidades e às perspectivas de vida das pessoas e dos grupos humanos envolvidos. (p.66)

Não podemos esquecer que as jovens pesquisadas se inserem na estrutura da sociedade em uma posição desigual também por conta de sua classe e carregam o estigma histórico sobre o seu local de moradia, tanto no que se refere à identidade quilombola quanto à rural.

No processo de construção de suas identidades, as jovens deparam-se com o entrelaçamento dinâmico das dimensões de gênero e raça. A experiência de ser negra é vivida através do gênero, assim como a experiência de ser mulher é vivida através de seu pertencimento racial. Essa perspectiva relacional abre caminho para uma noção de autoria nos processos de identificações, isto significa dizer, como Simone de Beauvoir já assinalava, que “nós não nascemos mulher, mas nos tornamos mulher”. Para Nascimento (2003), a introdução da dimensão “tornar-se” quando se fala em identidades representa uma escolha intencional e assumida de um projeto de identidade. Continua afirmando:

Se a construção do conceito de gênero desloca o enfoque da teoria feminista da “mulher” para as “relações de gênero”, o movimento no sentido de tomar como objeto de reflexão as “relações raciais” em vez de focalizar “o negro” também traz implicações para a articulação de novas abordagens da questão racial. (p.76)

As jovens que vivem no campo continuam vivenciando um intenso controle social principalmente quanto à possibilidade de circulação em diferentes espaços. Uma hipótese formulada por Castro (2006) defende que tal movimento estaria ligado aos seguintes fatores: os processos de socialização do meio rural baseados numa divisão sexual do trabalho que geralmente exclui a mulher do processo produtivo (preparação das filhas para o trabalho doméstico e dos filhos para o trabalho na terra) e conseqüentemente da condição de

sucessora da terra levando a uma maior dificuldade de permanecer no campo. Além disso, as jovens vivem com mais intensidade os conflitos da autoridade paterna/adulta. A negociação para as jovens mulheres poderem sair para se divertir é constante. Sair para trabalhar em alguma fazenda próxima ou para ir à escola não representava um problema, mas participar das festas nas cidades próximas ao quilombo, dos bailes já era diferente. Associando à interpretação de Stolcke (2007), podemos entender esta “rédea curta”, termo utilizado por uma das entrevistadas, como uma tentativa de controle da sexualidade das mulheres que está vinculado à posição social que a mulher ocupa como instrumento de reprodução e manutenção tanto da lógica de dominação e das relações de herança (sobrenomes, religião, etnia) como do prestígio da família.

Nesse sentido, a questão da herança também ganha recortes de gênero. No processo de definição de quem pode e quem não pode sair do quilombo, por exemplo, ou colocar um ponto de jongo, está em jogo a hierarquia da família e da própria sociedade.

Em se tratando da herança da terra, da herança da luta pela terra e da herança espiritual ligada às manifestações religiosas e ao jongo, há diferenças entre homens e mulheres no processo de transmissão geracional. Como a terra do quilombo ainda encontra-se em processo de disputa, é o seu valor simbólico e não tanto o produtivo que ganha força. A herança da luta pela titularização é de todos, mas a sucessão da liderança política é masculina. Às jovens atribui-se a herança espiritual.

Este processo segue uma lógica de produção dos herdeiros na qual “o provável herdeiro diferencia-se dos demais filhos, tanto em termos de prestígio na família, quanto em relação às cobranças e expectativas dos pais” (Castro, 2006, p. 262).

Muitos fatores contribuem para a movimentação dos jovens do campo para a cidade. O desejo de dar continuidade aos estudos, de ter opções de lazer, de buscar uma vida melhor através de um trabalho remunerado associa-se às questões relacionadas à lógica de reprodução familiar, às relações de hierarquia, à herança. Neste sentido, os jovens que vivem no campo levantam questões que desafiam a estrutura da sociedade brasileira. Pensar nas idas e vindas desses jovens significa pensar na estrutura fundiária do país, na distribuição desigual dos serviços públicos, entre outros.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Elisa G. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. In: Woortmann, E. F. et alli. (orgs.), Margarida Alves. Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA/ IICA, 2006.

GOMES, Nilma Lino. A mulher negra que vi de perto. Belo Horizonte: Mazza edições, 1995.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sortilégio da cor: identidade raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

SANTOS, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio e Janeiro: Edições Graal, 1990

SEYFERTH, Giralda. O conceito de raça e as ciências sociais. Rio de Janeiro: Depto. de Antropologia, Museu Nacional, 2001. (Mimeo).

STOLCKE, Verena. Gênero mundo novo: interseções. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. In: GROSSI, M. E., FRY, P. (orgs.) Conferencias e práticas antropológicas. Blumenau: Nova letra/ RBA, 2007.

\_\_\_\_\_. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? Estudos Afro-Asiáticos, nº20, junho, 1991.

WHITAKER, Dulce C. A. Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. Cadernos Cedes. [online] Ano XXII, nº 56, abril/2002. p.7-22. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br).